

HABEAS CORPUS Nº 494.036 - RJ (2019/0046469-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO**
ADVOGADO : **EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO - RJ046837**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **PEDRO LUIZ MOREIRA AUAR PINTO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Pedro Luiz Moreira Auar Pinto**, apontando-se como autoridade coatora a Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (HC n. 0067257-13.2018.8.19.0000).

Narram os autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 344 do Código Penal. O Juízo da 40ª Vara Criminal do Rio de Janeiro (Autos n. 0390197-61.2016.8.19.0001) recebeu a peça acusatória e deu andamento à ação penal.

Objetivando o trancamento da referida ação penal, a defesa impetrou *writ*, na origem, que teve a ordem denegada pelo Tribunal estadual.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante alega, em síntese, que a denúncia é inepta e o fato é atípico.

Requer, em liminar, o sobrestamento da Ação Penal n. 0390197-61.2016.8.19.0001. No mérito, pugna pelo trancamento da referida ação penal, reconhecendo-se a ausência de justa causa e a atipicidade da conduta.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, ficou consignado no acórdão impugnado o seguinte (fls.

217/218):

No caso *sub judice*, verifica-se não estarem presentes nenhuma das hipóteses de trancamento acima elencadas, sendo certo que a denúncia oferecida pelo Representante do Ministério Público atende aos preceitos do art. 41 do Código de Processo Penal, que dispõe: " A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas".

A toda evidência, é cediço que o trancamento da Ação Penal só é possível se constatada a inépcia da denúncia ou a atipicidade absoluta da conduta sem, entretanto, ser necessário adentrar na prova dos autos, confira-se:

[...]

In casu, conforme consta nas informações prestadas pela autoridade apontada coatora, da detida análise dos autos extrai-se a presença de justa causa para o prosseguimento da ação penal, tendo a peça acusatória descrito pormenorizadamente o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, em especial, o lugar do crime, o tempo do fato, as condutas e as normas que teria o paciente infringido, bem como sua qualificação, além da classificação dos crimes e rol de testemunhas, tudo a dar-lhe total condição de exercício das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, demonstrando a existência de indícios suficientes de materialidade e autoria do delito narrado.

De todo modo, eventual omissão da denúncia, se houver, pode ser suprida a qualquer tempo antes da sentença, nos termos 569 do Código de Processo Penal.

Assim, por ora, observo que o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau acerca da atual situação do paciente e da ação penal, encaminhando-se cópia da sentença caso tenha sido proferida.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

